

## EDITAL

| EDITAL E ANEXOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026-SRP<br>SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                          |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|
| REGIDO PELA LEI FEDERAL Nº.14.133/21, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2023 e DECRETO FEDERAL Nº 11.462/2023 (SRP).                                                                                                                                                      |                                                                                          |
| PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3750/2026                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2026-SRP                                                     |
| ÓRGÃO GERENCIADOR:<br>Secretaria Municipal de Administração                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | ÓRGÃOS PARTICIPANTES: Secretaria<br>Municipal de Educação, Saúde e<br>Assistência Social |
| TIPO DE LICITAÇÃO:<br>MENOR PREÇO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | REGIME DE EXECUÇÃO: MENOR PREÇO<br>POR LOTE                                              |
| <b>OBJETO:</b> Registro de Preços para Eventual contratação de empresa para aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos e jogos educativos destinados ao atendimento da Rede Municipal de Ensino de Chapadina, descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, <b>Anexo II</b> do Presente Edital. |                                                                                          |
| <b>O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, site:</b> <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">http://www.portaldecompraspublicas.com.br</a>                                                                                                     |                                                                                          |
| <b>RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:</b><br><b>Início: 13/07/2026 - Término: 23/07/2026, às 00:00hs (Horário de Brasília)</b>                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                          |
| <b>SESSÃO PÚBLICA: 23/07/2026, às 08:30h (Horário de Brasília)</b><br>Será sempre considerado o <b>horário de Brasília (DF)</b> para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".                                                                                                                                  |                                                                                          |
| <b>DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                          |
| <b>DIA:</b> Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira<br><b>HORÁRIO:</b> das 08:00hs às 12:00hs (horário local).                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                          |
| <b>LOCAL:</b> Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Chapadina/MA, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Cep: 65.500-000, Chapadina/Maranhão. E-mail para contato com a CPL: <a href="mailto:cplchapadina2021@gmail.com">cplchapadina2021@gmail.com</a>                                                                     |                                                                                          |
| <b>O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico:</b> <a href="http://www.chapadina.gov.br">www.chapadina.gov.br</a> e portal que será realizado o pregão: <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>                                                                                                  |                                                                                          |
| PREGOEIRO RESPONSÁVEL:<br><br><b>LUCIANO DE SOUZA GOMES</b><br>Pregoeiro Municipal                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                          |



**PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026-SRP**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3750/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**DISPUTA ABERTA E FECHADA**

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.117.709/0001-58, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio do seu PREGOEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **08:30 hrs, do dia 23/07/2026**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, “MENOR PREÇO POR LOTE” que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 008/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal de compras públicas, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

**1. OBJETO E VALOR ESTIMADO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é a Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando o **Registro de Preços para Eventual contratação de empresa para aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos e jogos educativos destinados ao atendimento da Rede Municipal de Ensino de Chapadinho**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.

**1.2.** O critério de julgamento adotado será o “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**1.3.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 65/2021 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**. Com base em tal procedimento, foi estimado o valor total de **R\$ 3.023.812,77 (Três milhões e vinte e três mil, oitocentos e doze reais e setenta e sete centavos)**.

**1.4.** A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, com fulcro ao art. 17, §1º da Lei. 14.133/2021, **DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTA CERTAME.**

**2. REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

**3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**3.1.** Tendo em vista que a licitação para Registro de Preços independe de previsão de dotação orçamentária, conforme dispõe o art. 17. do Decreto Federal nº. 11.462/2023, as Dotações Orçamentárias, com saldo suficiente para cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto serão informadas nos respectivos contratos ou instrumentos equivalentes, que poderão advir do presente procedimento licitatório. No entanto, para efeito de classificação orçamentária, seguem as rubricas informadas pelo setor contábil, com vigência para o exercício em curso.

**3.2.** Em caso de eventuais contratações que poderão advir da Ata de Registro de Preços, as despesas



decorrentes destes contratos administrativos correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento vigente à época das referidas contratações.

#### 4. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante nesta licitação, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.6. Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

4.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item 4.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.2. e 4.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



**4.10.** O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**4.11.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**4.12.** A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.13.** Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

**4.13.** A validação da assinatura eletrônica será realizada DE FORMA OBRIGATÓRIA através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio <https://verificador.iti.gov.br>, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

**4.14.1.** Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

## **5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.13.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.13.1.** valor unitário ou desconto (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

**5.13.2.** Marca(se for o caso);

**5.13.3.** Fabricante (se for o caso);

**5.14.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.14.1.** *O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*

**5.15.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.16.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.17.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.18.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.19.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita



execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.19.1. O prazo de validade da proposta não cadastrada não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.19.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.19.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

**5.20.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

#### **4. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.13. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.14. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará e encaminhará estas declarações, em campo próprio do sistema, que:**

4.14.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.14.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.14.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.14.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.15. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.16.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.17. A falsidade da declaração de que trata os itens 6.2. ou 6.4. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.18. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.19. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.20. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos



licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.21. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.21.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.21.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.22. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.22.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.22.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.23. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 6.9. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.24. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.25. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.13. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.15. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.16. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.17. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.18. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.19. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual *de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.20. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 100,00 (cem reais)*.

5.21. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.22. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.23. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.23.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.23.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.23.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública



encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.23.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.23.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.24. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.24.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.24.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.24.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.24.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.24.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.25. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.25.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 0, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.25.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.25.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.25.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.25.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.25.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.26. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.27. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.28. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.29. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



5.30. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.31. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.32. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.32.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.32.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.32.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.32.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.33. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.33.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.33.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.33.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.33.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.33.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.33.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.33.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.33.2.2. empresas brasileiras;

5.33.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.33.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.33.3. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.33.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



5.33.5. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.33.6. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.33.7. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.33.8. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de so- licitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.34. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. FASE DE JULGAMENTO

6.1. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA À FASE DE LANCES, O AGENTE DE CONTRATAÇÃO ANALISARÁ A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO APRESENTADA PELOS LICITANTES NO MOMENTO DO ENVIO DA PROPOSTA, CONFORME EXIGIDO NESTE EDITAL. SERÁ VERIFICADO O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS ANEXADOS NO SISTEMA E NOS SEGUINTE CADASTROS:

6.1.1. SICAF, quando for o caso;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.1.4. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “8.1.1.”, “8.1.2.” e “8.1.3.” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto em lei.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. contiver vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;



- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobre- preço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre- preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital*;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 6.10. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Des- pesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita



pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para comprovar a capacidade do licitante em executar o objeto da licitação, conforme relacionados no item 6.11, deverão ser apresentados no ato do cadastramento da proposta.

7.1.1. A análise da documentação de habilitação será realizada previamente à fase de lances, sendo vedada a participação na etapa competitiva de licitantes inabilitados.

7.1.2. O não envio integral e tempestivo da documentação exigida no momento do cadastramento da proposta implicará a inabilitação do licitante, nos termos deste edital.

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, se for o caso.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.6.2. Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

7.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes



estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

7.12. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômica-financeira.

7.12.1. O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**;

7.12.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.14. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.15. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de pro- postas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.16. A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

7.16.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.16.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.17. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.17.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresenta- dos pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.17.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.18. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.19. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerra- da, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.21. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.23. As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

## 8. FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, constam no item 9.11 e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, se for o caso.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em



tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**8.5.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela administração.

**8.5.1.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**8.5.2.** Nos termos do item acima, o agente deverá proporcionar conforme o caso, meios alternativos e prazos razoáveis, não inferior a 24 (vinte e quatro) horas, para envio de documentos diligenciado.

**8.6.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**8.7.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**8.8.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**8.9.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.10.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**8.11.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, nos documentos exigidos neste edital, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação técnica e à qualificação econômico-financeira.

**8.11.1.** O interessado, para efeitos de habilitação mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento do **PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS**;

**8.11.2.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do cadastro para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada, após solicitação do pregoeiro.

**8.12.** A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.13.** Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**8.14.** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.15.** A solicitação dos documentos de habilitação será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.15.1.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.15.2.** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou



exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.16.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.16.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresenta- dos pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.16.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.17.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.18.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto de 02h.

**8.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerra- da, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

**8.20.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

**8.21.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

**8.22.** As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são as discriminadas nos itens a seguir:

## 9. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.1.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.1.4. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.5. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.1.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.1.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.1.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.1.9. Deverá ser apresentado o documento de constituição da empresa e as alterações posteriores quando houver e consolidada respectiva, caso contrário a empresa será inabilitada.

9.1.10. Para fins de habilitação no certame, as licitantes deverão apresentar Alvará de Funcionamento válido, expedido por órgão competente, compatível com a atividade econômica exercida e com o objeto da



contratação, ou documento equivalente que comprove a regularidade de funcionamento da empresa.

9.1.11. Certidão simplificada e específica expedida pela Junta Comercial do domicílio da sede da licitante, emitida até 30 (trinta) dias de antecedência da data de apresentação, onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.1.12. A licitante deverá apresentar, no momento da habilitação, uma declaração firmada por seu representante legal, atestando que a empresa não mantém contrato de exclusividade com nenhum fornecedor de materiais, produtos ou serviços relacionados ao objeto deste processo licitatório. A declaração deverá garantir que a licitante se compromete a fornecer os produtos ou serviços conforme as especificações e condições estabelecidas no edital, sem vínculo de exclusividade com outras partes envolvidas no processo. A ausência desta declaração implicará a desclassificação da proposta.

9.1.13. No momento do cadastramento da proposta, as licitantes deverão apresentar a Declaração de Compromisso com a Substituição Imediata de Produtos Não Conformes, por meio da qual assumem a responsabilidade de substituir, sem ônus adicional para a Administração, quaisquer produtos que venham a ser recusados em razão de desconformidade com as especificações do Termo de Referência.

## 9.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos da pessoa jurídica e física perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e Certidão de Débitos Trabalhistas pessoa física e pessoa jurídica expedida com base na Portaria MTP Nº 667/2021 de 08 de Novembro de 2021;

9.2.5. Apresentação de Termo de Compromisso pelo qual se compromete a seguir as Normas Trabalhistas, tais como Formalização e Registros Contratuais e preverem um dimensionamento dos gastos com o meio ambiente do trabalho, incluindo equipamentos de proteção, sob pena de desclassificação.

9.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.2.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.2.7.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.2.7.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à dívida ativa do Estado, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre:

9.2.8.1. Certidão negativa de débitos, ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante, comprovando a regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.2.8.2. Certidão negativa, ou certidão positiva com efeitos de negativa, quanto à Dívida ativa



do Município, expedida pelo Município do domicílio ou sede do licitante;

9.2.9. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.2.10. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

16

### 9.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.3.1. Deverão ser apresentados o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhados, obrigatoriamente, dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados e registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante ou, quando aplicável, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Os referidos documentos deverão estar assinados pelo Contador responsável, em situação regular perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), com a apresentação obrigatória da certidão de regularidade profissional, bem como pelo Dirigente ou Sócio da empresa. Os demonstrativos contábeis devem estar em estrita conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, acompanhados obrigatoriamente, necessariamente, por Notas Explicativas detalhadas, que evidenciem a boa situação financeira da empresa. Fica expressamente vedada a substituição dos documentos exigidos por balancetes ou balanços provisórios. Caso o Balanço Patrimonial tenha sido encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, será admitida a sua atualização por meio de índices oficiais, devendo tal atualização ser apresentada de forma clara e devidamente documentada;

9.3.1.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.3.1.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

9.3.1.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.3.2. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contábeis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.3.3. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

**ILG =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$**

**ISG =  $\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$**

**ILC =  $\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$**

9.3.4. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor total cota- do pela licitante ou do item pertinente.

9.3.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e



demonstrações contábeis assim apresentados:

9.3.5.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.3.5.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.3.5.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.3.5.4. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.3.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.3.7. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED).

9.3.8. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.3.9. As licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de **declaração, de relação dos compromissos assumidos** pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura desta concorrência não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

9.3.10. Os licitantes deverão apresentar **declaração, em modelo próprio da empresa**, contendo a discriminação detalhada das alíquotas dos impostos incidentes sobre a operação, devidamente assinada pelo contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei. A ausência desta declaração ou a apresentação de informações inverídicas poderá ensejar a desclassificação do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

9.3.11. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar certidões negativas que comprovem a inexistência de falência ou recuperação judicial da empresa. Também será necessário fornecer certidões de liquidação judicial, insolvência civil e execução patrimonial da empresa, bem como certidões relativas a execuções cíveis e fiscais, estaduais e federais da empresa. Todos os documentos devem estar dentro do prazo de validade indicado na própria certidão ou, caso não haja essa informação, devem ter sido emitidos há menos de 30 (trinta) dias da data de sua apresentação. As certidões devem ser expedidas pelo distribuidor competente da sede da licitante ou de seu domicílio;

9.3.11.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

#### 9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, mediante atestado (s) fornecido (s) por pessoa



jurídica de direito público ou privado.

9.4.2. Somente serão aceitos atestados emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica de direito público ou privado, com firma reconhecida em cartório, quando se tratar de empresa privada. O atestado deverá ser assinado pelo responsável que o expediu e conter as seguintes informações obrigatórias:

- a) identificação do emitente (razão social, CNPJ e endereço);
- b) identificação do contratado (razão social e CNPJ);
- c) descrição resumida do objeto fornecido;
- d) período de execução;
- e) assinatura e identificação do responsável pela emissão.
- f) comprovação de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.
- g) produtos fornecidos e em qual período;
- h) clara identificação do emitente, visando realização de possíveis diligências;
- i) manifestação quanto à qualidade e/ou satisfação dos produtos fornecidos.

## 9.5. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.5.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.5.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 30 (trinta) dias.

9.5.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.5.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.5.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

8.1.1. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa, acompanhada de Declaração de localização e funcionamento com (Georreferenciadas) que indique todos os dados pertinentes (endereço, cidade, estado, CEP, ponto de referência e telefone). O item é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima, estoque e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas “fantasmas” ou qualquer outro tipo;

8.1.2. O Georreferenciamento com fotos podem ser realizados gratuitamente por aplicativos gratuitos (basta pesquisar em site de pesquisa (georreferenciar fotos). Justifica-se o pedido por oportunidade e conveniência para localizar empresas com facilidade e para localização em caso de diligência, e não ter que se amparar com empresas fantasmas.

8.1.3. Juntamente com os documentos de habilitação, as empresas proponentes deverão apresentar o recolhimento anterior a data da abertura desta licitação, da quantia a título de garantia de proposta, de no máximo (1%) um por cento do valor orçado para esta contratação, conforme as modalidades previstas no art. 96 da Lei nº 14.133, como condição de classificação de sua proposta e consequente classificação, na seguinte forma:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

8.1.4. Declaração de Compromisso de Atendimento Imediato e de Localização. A não apresentação da declaração no ato da habilitação implicará a imediata desclassificação do licitante, por inobservância das condições de participação previstas neste Edital.



## 10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**10.1.** Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05. (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

10.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

10.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

**10.3.** A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no portal da transparência do órgão, assim como no PNCP para que surja seus efeitos legais.

**10.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Projeto Técnico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**10.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**10.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

**10.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## 11. RECURSOS

**11.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**11.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. pena de preclusão; a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**11.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**11.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**11.11.** Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou intempestivamente.



## 12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusiva- mente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos pre- vistos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entre- gar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.2.6.

13.1.2.7. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida

exigível; competitiva; ou para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.2.8. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.3. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.4. fraudar a licitação

13.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.7. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a pré- via defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuí- zo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;



- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 13.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4.** A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, a multa será de 15% do valor do contrato licitado.
- 13.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 13.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 0, 0 e 0, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 13.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 13.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 13.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 13.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 13.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 13.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



#### 14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadina/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico [www.chapadinha.ma.gov.br](http://www.chapadinha.ma.gov.br) e e-mail: [cplchapadinha2021@gmail.com](mailto:cplchapadinha2021@gmail.com) e Sistema do TCE no endereço eletrônico <https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-site/contrata>, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de CHAPADINHA – MA, sito à Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, CEP: 65.500-000, CHAPADINHA/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 15 deste instrumento.

#### 16. ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:

- 16.1.1. Anexo I - Modelo de Proposta.
- 16.1.2. Anexo II – Termo de Referência
- 16.1.3. Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços
- 16.1.4. Anexo IV – Minuta do Contrato.
- 16.1.5. Anexo V – Estudo Técnico Preliminar- ETP

CHAPADINHA -MA, em 08 de Julho de 2026.

**LUCIANO DE SOUZA GOMES**  
*Pregoeiro Municipal*



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026-SRP

## ANEXO I

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

23

AO

PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA/MA

PREFEITURA MUNICIPAL CHAPADINHA/MA

Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, CHAPADINHA/MA.

Referente: PREGÃO ELETRÔNICO nº 019/2026-SRP

Senhor Pregoeiro,

Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias, a nossa proposta relativa à contratação em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os trabalhos e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no edital.

**1. Proponente:**

Razão Social CNPJ:

Endereço:

E-mail Oficial de comunicação:

| Tel:

Valor Total da Proposta: R\$.....( ..... )

**PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).****PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**

| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE | QTD. | PREÇOS R\$ |       |
|------|-----------|---------|------|------------|-------|
|      |           |         |      | UNTÁRIO    | TOTAL |
| 1.   |           |         |      |            |       |

2. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:
3. PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO:
4. VALIDADE DO OBJETO:
5. PRAZO DE SUBSTITUIÇÃO/REPARO DO PRODUTO:





6. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
7. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:
8. INFORMAÇÕES DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO (Nome, RG, CPF, Endereço).

---

(local e data)

---

(Nome e assinatura do responsável da empresa)



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026-SRP

## ANEXO II

## TERMO DE REFERÊNCIA

25

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços gráficos, impressão e confecção de materiais gráficos diversos, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Chapadina/MA e das Secretarias Municipais participantes, conforme especificações, quantitativos e condições constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. Os quantitativos e especificações técnicas encontram-se descritos abaixo:

| LOTE I - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO |                                                                                    |         |       |             |              |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|-------------|--------------|
| ITEM                                           | DESCRIÇÃO                                                                          | UNIDADE | QUANT | P. UNT. R\$ | P. TOTAL R\$ |
| 1                                              | ADESIVOS IMPRESSOS (M²)                                                            | M²      | 250   | 111,00      | 27.750,00    |
| 2                                              | CARTILHAS 16 FOLHAS                                                                | UNIDADE | 3000  | 28,00       | 84.000,00    |
| 3                                              | CARTAZES F4 COLORIDO                                                               | UNIDADE | 8.000 | 2,40        | 19.200,00    |
| 4                                              | CONVITES CERIMONIAL                                                                | UNIDADE | 1000  | 2,50        | 2.500,00     |
| 5                                              | FICHA DE CADASTRO FORMATO 8 1X1 COR AP 180GR – BLOCO C/ 100 FLS.                   | BLOCO   | 200   | 37,83       | 7.566,00     |
| 6                                              | FICHA DE INDIVIDUAL F-16, 4X0 CORES, PAPEL OFFSET 60K – BLOCO C/ 100 FLS.          | BLOCO   | 200   | 37,83       | 7.566,00     |
| 7                                              | TIMBRADO F-8, 4X0 CORES, PAPEL AP.75GR – BLOCO C/ 100 FLS.                         | BLOCO   | 400   | 41,17       | 16.468,00    |
| 8                                              | ENVELOPE OFICIO 75G T.72X108MM 4X0 CORES, PAPEL 90G, TIMBRADO                      | UNIDADE | 550   | 0,57        | 313,50       |
| 9                                              | ENVELOPE TIPO SACO KRAFT OURO 80G, TIMBRADO                                        | UNIDADE | 2500  | 1,70        | 4.250,00     |
| 10                                             | ENVELOPE OFÍCIO BRANCO, TIMBRADO COLORIDO                                          | UNIDADE | 3000  | 2,37        | 7.110,00     |
| 11                                             | AUTORIZAÇÃO DE COMBUSTÍVEL 2 VIAS, CARBONADO, TAM 10,5 X 15 CM – BLOCO C/ 100 FLS. | BLOCO   | 350   | 36,77       | 12.869,50    |
| 12                                             | ENCAMINHAMENTO F-16, 100X1 VIAS, PAPEL OFFSET 56 – BLOCO C/ 100 FLS.               | BLOCO   | 200   | 36,77       | 7.354,00     |
| 13                                             | REQUISIÇÃO DE MATERIAL – BLOCO C/ 100 FLS.                                         | BLOCO   | 200   | 36,77       | 7.354,00     |
| 14                                             | REQUERIMENTO DO SERVIDOR – BLOCO C/ 100 FLS.                                       | BLOCO   | 2000  | 36,77       | 73.540,00    |
| 15                                             | ORDEN DE COMPRA 3 VIAS 21X15 CM PAPEL AP75G – BLOCO C/ 100 FLS.                    | BLOCO   | 200   | 36,77       | 7.354,00     |
| 16                                             | ENVELOPES TIMBRADOS 24X34 COM IMPRESSÃO POLICROMIA                                 | UNIDADE | 300   | 2,93        | 879,00       |
| 17                                             | ENVELOPES TIMBRADO 31X41 CM IMPRESSÃO POLICROMIA                                   | UNIDADE | 600   | 4,03        | 2.418,00     |
| 18                                             | PAPEL TIMBRADO TAM 29X21 CM PAPEL 75G IMP POLICROMIA, COM 50 FOLHAS                | BLOCO   | 250   | 36,77       | 9.192,50     |
| 19                                             | BANNERS IMPRESSÃO DIGITAL LONA                                                     | M²      | 70    | 116,67      | 8.166,90     |
| 20                                             | CAPAS DE PROCESSO – F4- AP- 180 GR- 1 COR                                          | UNIDADE | 1000  | 2,67        | 2.670,00     |
| 21                                             | FOLDER COLORIDO F8                                                                 | UNIDADE | 5.500 | 1,20        | 6.600,00     |
| 22                                             | FAIXA DE RUA EM LONA 4MX 0.65M                                                     | UNIDADE | 100   | 293,33      | 29.333,00    |
| 23                                             | PAPEL TIMBRADO 1 COR F-8 PAPEL SULFITE 75 GRM – BLOCO C/ 100 FLS.                  | BLOCO   | 600   | 36,00       | 21.600,00    |
| 24                                             | PASTAS PADRONIZADAS C/ABAS COLORIDAS OFFSET 180 GR PLASTIFICADAS                   | UNIDADE | 550   | 5,17        | 2.843,50     |





|                      |                                                              |         |        |          |                      |
|----------------------|--------------------------------------------------------------|---------|--------|----------|----------------------|
| 25                   | CARIMBO AUTOMATICO 302                                       | UNIDADE | 106    | 57,00    | 6.042,00             |
| 26                   | CARIMBO AUTOMÁTICO 303                                       | UNIDADE | 106    | 68,33    | 7.242,98             |
| 27                   | CARIMBO AUTOMÁTICO 304                                       | UNIDADE | 103    | 86,00    | 8.858,00             |
| 28                   | CARIMBO AUTOMÁTICO 355                                       | UNIDADE | 103    | 101,00   | 10.403,00            |
| 29                   | CARIMBO AUTOMÁTICO C-40                                      | UNIDADE | 103    | 161,67   | 16.652,01            |
| 30                   | CARIMBO AUTOMÁTICO MODELO PEN DRIVE                          | UNIDADE | 50     | 135,00   | 6.750,00             |
| 31                   | CARIMBO SIMPLES 3CM/1CM                                      | UNIDADE | 62     | 33,67    | 2.087,54             |
| 32                   | CARIMBO SIMPLES 4 CM/1,5CM                                   | UNIDADE | 62     | 52,67    | 3.265,54             |
| 33                   | CARIMBO SIMPLES 6CM/1,5CM                                    | UNIDADE | 62     | 66,00    | 4.092,00             |
| 34                   | CARIMBO SIMPLES 7,5CM/2,5CM                                  | UNIDADE | 50     | 78,33    | 3.916,50             |
| 35                   | CARIMBO SIMPLES 5CM/3CM                                      | UNIDADE | 20     | 89,33    | 1.786,60             |
| 36                   | CARIMBO SIMPLES 6,5CM/4CM                                    | UNIDADE | 10     | 94,00    | 940,00               |
| 37                   | CAPA DE PROCESSO POLIGARMIA PAPEL COUCHE 250 ADMINISTRATIVO. | UNIDADE | 2500   | 3,03     | 7.575,00             |
| 38                   | CAPA DE PROCESSO POLICROMIA PAPEL COUCHÊ 250G JURÍDICO.      | UNIDADE | 1500   | 3,03     | 4.545,00             |
| 39                   | CAPA DE PROCESSO POLICROMIA PAPEL COUCHÊ 250G FINANCEIRO.    | UNIDADE | 1500   | 3,03     | 4.545,00             |
| 40                   | OUTDOOR PAPAEL TAM 6X3 METROS / COM INSTALAÇÃO               | UNIDADE | 15     | 1.266,67 | 19.000,05            |
| 41                   | PADRONIZAÇÃO VEÍCULOS                                        | UNIDADE | 10     | 1.941,33 | 19.413,30            |
| 42                   | PANFLETOS COLORIDOS F8                                       | UNIDADE | 12.000 | 1,45     | 17.400,00            |
| <b>TOTAL DO LOTE</b> |                                                              |         |        |          | <b>RS 513.412,42</b> |

**LOTE II - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                        | UND     | QUANT  | P. UNT. RS | P. TOTAL RS |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|------------|-------------|
| 43   | ADESIVO                                                                                                                          | M²      | 425    | 88,07      | 37.429,75   |
| 44   | BANNERS EM LONA VINILICA COM ACABAMENTO EM SUPORTE EM PLÁSTICO, MED.1,20X0,90M, MODELOS DIFERENTES.                              | UNIDADE | 250    | 90,00      | 22.500,00   |
| 45   | CARTILHAS 16 FOLHAS                                                                                                              | UNIDADE | 2500   | 16,73      | 41.825,00   |
| 46   | CARIMBO AUTOMÁTICO                                                                                                               | UNIDADE | 200    | 58,33      | 11.666,00   |
| 47   | CARTAZ, F2; PAPEL COUCHÊ, 150 G, COLORIDO PARA 15 EVENTOS.                                                                       | UNIDADE | 10.000 | 1,73       | 17.300,00   |
| 48   | CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO ENSINO (VER MODELO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEMED)                                              | UNIDADE | 10.000 | 2,30       | 23.000,00   |
| 49   | CERTIFICADO DE CONCLUSÃO ENSINO FUNDAMENTAL/ EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA (VER MODELO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEMED) | UNIDADE | 10.000 | 1,90       | 19.000,00   |
| 50   | CAPA DE PROCESSO (VER MODELO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEMED)                                                                | UNIDADE | 7.000  | 1,75       | 12.250,00   |
| 51   | IMPRESSOS DIVERSOS                                                                                                               | UNIDADE | 30.000 | 0,67       | 20.100,00   |
| 52   | DOSSIE DO ALUNO (VEER MODELO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEMED)                                                                | UNIDADE | 10.000 | 2,40       | 24.000,00   |
| 53   | ENVELOPE BRANCO 240X340MM, IMP. POLICROMIA                                                                                       | UNIDADE | 10.000 | 0,97       | 9.700,00    |
| 54   | ENVELOPE BRANCO TAMANHO 114X229MM, PAPEL AP 90/GM2, CM, IMP. 4 CORES.                                                            | UNIDADE | 20.000 | 1,88       | 37.600,00   |
| 55   | ENVELOPE OFICIO 114X229MM, COM JANELA, COM ILHÓS, MED:3,00X1,00CM, 10 MODELOS DIFERENTES.                                        | UNIDADE | 20.000 | 2,53       | 50.600,00   |
| 56   | FAIXA EM LONA COM ACABAMENTO, COM ILHÓS MED. 1,00X3,00, 10 MODELOS DIFERENTES.                                                   | UNIDADE | 250    | 333,33     | 83.332,50   |
| 57   | OUTDOOR PAPAEL TAM 6X3 METROS / COM INSTALAÇÃO                                                                                   | UNIDADE | 15     | 1.066,67   | 16.000,05   |
| 58   | PADRONIZAÇÃO VEÍCULOS                                                                                                            | UNIDADE | 10     | 1.800,00   | 18.000,00   |
| 59   | PANFLETOS COLORIDOS F8                                                                                                           | UNIDADE | 12.000 | 1,38       | 16.560,00   |
| 60   | FOLDERS 2,97X2,10MM, PAPEL COUCHÊ, 150G/M2; 4X4; F/V; 03 DOBRA, 10 MODELOS DIFERENTES.                                           | UNIDADE | 10.000 | 1,43       | 14.300,00   |
| 61   | PLACA LONA COM ESTRUTURA PARA SEC. DE EDUCAÇÃO                                                                                   | M²      | 130    | 163,33     | 21.232,90   |





|                      |                                                                                                                        |         |        |        |                      |
|----------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|--------|----------------------|
| 62                   | PLACA ACRILICO COM ESTRUTURA PARA SEC. DE EDUCAÇÃO                                                                     | M²      | 130    | 483,33 | 62.832,90            |
| 63                   | PANFLETOS COLORIDOS F8                                                                                                 | UNIDADE | 10.000 | 1,20   | 12.000,00            |
| 64                   | HISTÓRICO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - VER MODELO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEMED) | UNIDADE | 10.000 | 0,70   | 7.000,00             |
| 65                   | HISTÓRICO ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL (VER MODELO COM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DA SEMED)                                | UNIDADE | 10.000 | 0,70   | 7.000,00             |
| 66                   | FORMULÁRIO DE FICHA DE MATRÍCULA 75G – BLOCO C/ 100 FLS.                                                               | BLOCO   | 150    | 36,77  | 5.515,50             |
| 67                   | FORMULAÇÃO DE DECLARAÇÃO 75G                                                                                           | UNIDADE | 5.000  | 0,83   | 4.150,00             |
| <b>TOTAL DO LOTE</b> |                                                                                                                        |         |        |        | <b>RS 594.894,60</b> |

**LOTE III - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                     | UND     | QUANT | P. UNT. RS | P. TOTAL RS |
|------|-------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|------------|-------------|
| 68   | ATESTADO MÉDICO PARA GESTANTE – BLOCO C/100 FLS. F9                           | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 69   | ATESTADO MÉDICO – BLOCO C/100 FLS. F18                                        | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 70   | BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL INDIVIDUALIZADO (PBI) – BLOCO C/ 100 FLS.    | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 71   | CAPA PARA ULTRASSOM                                                           | UNIDADE | 1500  | 2,17       | 3.255,00    |
| 72   | EVOLUÇÃO CLÍNICA – BLOCO C/ 100 FLS.                                          | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 73   | EVOLUÇÃO OBSTETRA (FRENTE- VERSO) – BLOCO C/ 100 FLS.                         | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 74   | FICHA DE GESTANTE – BLOCO C/ 100 FLS.                                         | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 75   | FICHA DE REFERÊNCIA DE PACIENTE – BLOCO C/ 100 FLS.                           | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 76   | FICHA GERAL – BLOCO C/ 100 FLS.                                               | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 77   | GUIA DE INTERNAÇÃO – BLOCO C/ 100 FLS.                                        | BLOCO   | 500   | 36,77      | 18.385,00   |
| 78   | LAUDO MÉDICO, PARA INTERNAÇÃO HOSPITALAR – BLOCO C/ 100 FLS.                  | BLOCO   | 500   | 36,77      | 18.385,00   |
| 79   | PRESCRIÇÃO MÉDICA E RETORNO DE ENFERMAGEM (FRENTE/VERSO) BLOCO C/ 100 FLS.    | BLOCO   | 500   | 36,77      | 18.385,00   |
| 80   | PRONTUÁRIO DE ADMISSÃO HOSPITALAR – BLOCO C/ 100 FLS.                         | BLOCO   | 500   | 36,77      | 18.385,00   |
| 81   | PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL – BLOCO C/ 100 FLS.                    | BLOCO   | 500   | 36,77      | 18.385,00   |
| 82   | RECEITUÁRIO HOSPITALAR – BLOCO C/ 100 FLS.                                    | BLOCO   | 850   | 36,77      | 31.254,50   |
| 83   | RELATÓRIO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA – BLOCO C/ 100 FLS.                      | BLOCO   | 600   | 36,77      | 22.062,00   |
| 84   | RELATÓRIO DE CIRURGIA – BLOCO C/ 100 FLS.                                     | BLOCO   | 500   | 36,77      | 18.385,00   |
| 85   | REQUISIÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS – BLOCO C/ 100 FLS.                        | BLOCO   | 750   | 36,77      | 27.577,50   |
| 86   | LIVRO DE PARTO (ENCADERNADO COM 300 PÁGINAS)                                  | UNIDADE | 100   | 253,33     | 25.333,00   |
| 87   | ADVERTÊNCIA – BLOCO C/ 100 FLS.                                               | BLOCO   | 300   | 36,77      | 11.031,00   |
| 88   | ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA                                               | UNIDADE | 3.000 | 0,74       | 2.220,00    |
| 89   | AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA (02 VIAS) - BLOCO C/ 100 FLS.                      | BLOCO   | 250   | 36,77      | 9.192,50    |
| 90   | BUSCA ATIVA SEMANAL DAS UNIDADES DE SAÚDE – BLOCO C/ 100 FLS.                 | BLOCO   | 350   | 36,77      | 12.869,50   |
| 91   | CADASTRO DE AUTÔNOMO - BLOCO C/ 100 FLS.                                      | BLOCO   | 250   | 36,77      | 9.192,50    |
| 92   | CADASTRO DE ESTABELECIMENTO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                      | BLOCO   | 400   | 36,77      | 14.708,00   |
| 93   | CADASTRO DE PROFISSIONAL SEM FOTO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                | BLOCO   | 350   | 36,77      | 12.869,50   |
| 94   | CARTILHA EDUCATIVA CONTRA HANSENÍASE, VERMINOSES E TRACOMA PAPEL AP 150G 4COR | UNIDADE | 3.000 | 1,68       | 5.040,00    |
| 95   | CAPA DE PROCESSO                                                              | UNIDADE | 3.000 | 1,15       | 3.450,00    |
| 96   | FICHA DE CONTROLE DE ATIVIDADE - BLOCO C/ 100 FLS.                            | BLOCO   | 300   | 36,77      | 11.031,00   |
| 97   | FICHA DE CONTROLE DE RESUMO DIÁRIO – BLOCO C/ 100 FLS.                        | BLOCO   | 300   | 36,77      | 11.031,00   |
| 98   | FICHA DE CONTROLE DE RESUMO SEMANAL – BLOCO C/ 100 FLS.                       | BLOCO   | 300   | 36,77      | 11.031,00   |





|     |                                                                                                |         |       |       |           |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|-------|-----------|
| 99  | FICHA DE NOTIFICA NEGATIVA DE CÔLERA - BLOCO C/ 100 FLS. F18                                   | UNIDADE | 4.000 | 0,62  | 2.480,00  |
| 100 | FICHA DE RESUMO DIÁRIO DA DENGUE – BLOCO C/ 100 FLS.                                           | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 101 | FICHA DE RESUMO SEMANAL DA DENGUE – BLOCO C/ 100 FLS.                                          | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 102 | FICHA DE RESUMO DIÁRIO DE CONTROLE DE DIGITAÇÃO                                                | UNIDADE | 3.000 | 0,62  | 1.860,00  |
| 103 | FICHA DE AUTOIMAGEM HANSENÍASE AP150G F/V                                                      | UNIDADE | 3.000 | 0,62  | 1.860,00  |
| 104 | FICHA DE REGISTRO DE EXAME PREVENTIVO COLETADO- BLOCO C/ 100 FLS.                              | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 105 | FICHA DE RESUMO SEMANAL DE CONTROLE DE DIGITAÇÃO                                               | UNIDADE | 1.500 | 0,62  | 930,00    |
| 106 | FORMULÁRIO DE INSPEÇÃO C/06 FOLHA - BLOCO C/ 100 FLS.                                          | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 107 | MONITORAÇÃO DE DOENÇAS DIARREICAS AGUDA- BLOCO C/ 100 FLS.                                     | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 108 | PLANILHA SEMANAL DE DENGUE- BLOCO C/ 100 FLS.                                                  | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 109 | PROTOCOLO                                                                                      | UNIDADE | 1.000 | 0,63  | 630,00    |
| 110 | RECLAMAÇÃO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                                                        | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 111 | REGISTRO DIÁRIO DE SERVIÇOS VETORIAIS- BLOCO C/ 100 FLS.                                       | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 112 | RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO- BLOCO C/ 100 FLS.                                                 | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 113 | RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO                                                           | UNIDADE | 4.000 | 0,63  | 2.520,00  |
| 114 | REQUERIMENTO DE REGISTRO EXAMES PREVENTIVOS VETORIAIS- BLOCO C/ 100 FLS.                       | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 115 | REQUERIMENTO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                                                      | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 116 | RESUMO DIÁRIO – BLOCO C/ 100 FLS.                                                              | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 117 | RESUMO DIÁRIO DE CONTROLE DE DIGITAÇÃO– BLOCO C/ 100 FLS.                                      | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 118 | RESUMO SEMANAL – BLOCO C/ 100 FLS.                                                             | BLOCO   | 200   | 36,77 | 7.354,00  |
| 119 | RESUMO SEMANAL DE ATIVIDADES DE MICROSCOPIA DE LAMINA PARA REVISÃO– BLOCO C/ 100FLS            | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 120 | RETORNO DE RECLAMAÇÃO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                                             | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 121 | TERMO DE APREENSÃO, INUTILIZAÇÃO, INTERDIÇÃO CAUTELAR E DEVOLUÇÃO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS. | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 122 | TERMO DE INTERDIÇÃO E DESISTÊNCIA (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                                 | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 123 | TERMO DE INTIMAÇÃO (02 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.                                                | BLOCO   | 300   | 36,77 | 11.031,00 |
| 124 | BOLETIM DE PRODUÇÃO AMBULATORIAL CONSOLIDADO- BLOCO C/ 100 FLS.                                | BLOCO   | 350   | 36,77 | 12.869,50 |
| 125 | BOLETIM DE PRODUÇÃO INDIVIDUAL (BPI) (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                      | BLOCO   | 350   | 36,77 | 12.869,50 |
| 126 | CADERNETA DE VACINAÇÃO (FRENTE E VERSO).                                                       | UNIDADE | 6.000 | 2,60  | 15.600,00 |
| 127 | CARTÃO DA CRIANÇA FEMININO – SOMBRA (FRENTE E VERSO).                                          | UNIDADE | 6.000 | 2,60  | 15.600,00 |
| 128 | CARTÃO DA CRIANÇA MASCULINO – SOMBRA (FRENTE E VERSO).                                         | UNIDADE | 6.000 | 2,60  | 15.600,00 |
| 129 | CARTÃO DE GESTANTE COLORIDO (FRENTE E VERSO).                                                  | UNIDADE | 6.000 | 2,60  | 15.600,00 |
| 130 | CARTÃO DE CONTROLE DE HIPERTENSO E DIABETES.                                                   | UNIDADE | 6.000 | 1,73  | 10.380,00 |
| 131 | CARTÃO DE CONTROLE DE LIBERAÇÃO DE PRESERVATIVO.                                               | UNIDADE | 6.000 | 1,73  | 10.380,00 |
| 132 | CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR. F18                                                          | UNIDADE | 6.000 | 1,73  | 10.380,00 |
| 133 | CARTÃO MASCULINO COLORIDO (AZUL) (FRENTE E VERSO)                                              | UNIDADE | 5.000 | 2,60  | 13.000,00 |
| 134 | CARTÃO MASCULINO COLORIDO (VERMELHO) (FRENTE E VERSO) F9                                       | UNIDADE | 5.500 | 2,60  | 14.300,00 |
| 135 | CARTAZ COLOR 60X45 (FRENTE E VERSO)                                                            | UNIDADE | 3000  | 1,97  | 5.910,00  |
| 136 | CARTELA DE RECEBIMENTO DO PROGRAMA LEITE É VIDA F18                                            | UNIDADE | 2.500 | 1,30  | 3.250,00  |
| 137 | DEMONSTRATIVO MENSAL DE ATENDIMENTO DIABETES E HIPERTENSO- BLOCO C/ 100 FLS.                   | BLOCO   | 500   | 36,77 | 18.385,00 |
| 138 | ENVELOPE PSF 22X32                                                                             | UNIDADE | 5000  | 1,68  | 8.400,00  |





|     |                                                                                    |         |       |          |           |
|-----|------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|----------|-----------|
| 139 | FICHA A (MODELO NOVO) - BLOCO C/ 100 FLS.                                          | BLOCO   | 450   | 36,77    | 16.546,50 |
| 140 | FICHA DE CADASTRO DOMICILIAR – E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.                           | BLOCO   | 450   | 36,77    | 16.546,50 |
| 141 | FICHA DE CADASTRO INDIVIDUAL– E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.                            | BLOCO   | 450   | 36,77    | 16.546,50 |
| 142 | FICHA DE VISITA DOMICILIAR – E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.                             | BLOCO   | 450   | 36,77    | 16.546,50 |
| 143 | FICHA DE PROCEDIMENTO – E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.                                  | BLOCO   | 450   | 36,77    | 16.546,50 |
| 144 | FICHA DE ATIVIDADE COLETIVA – E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.                            | BLOCO   | 450   | 36,77    | 16.546,50 |
| 145 | FICHA DE ATENDIMENTO INDIVIDUAL – E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.                        | BLOCO   | 400   | 36,77    | 14.708,00 |
| 146 | FICHA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO INDIVIDUAL – E-SUS – BLOCO C/ 100 FLS.           | BLOCO   | 500   | 36,77    | 18.385,00 |
| 147 | FICHA B – BT (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                                  | BLOCO   | 550   | 36,77    | 20.223,50 |
| 148 | FICHA B – DIABETES (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                            | BLOCO   | 550   | 36,77    | 20.223,50 |
| 149 | FICHA B GESTANTE (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                              | BLOCO   | 550   | 36,77    | 20.223,50 |
| 150 | FICHA B – HANSENÍASE (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                          | BLOCO   | 550   | 36,77    | 20.223,50 |
| 151 | FICHA B – HIPERTENSO (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                          | BLOCO   | 500   | 36,77    | 18.385,00 |
| 152 | FICHA D (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                                       | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 153 | FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE HIPERTENSO E DIABETES - BLOCO C/ 100 FLS.               | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 154 | FICHA DE CADASTRAMENTO DE ESTABELECIMENTO BLOCO COM 100 FLS                        | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 155 | FICHA DE CADASTRO DE GESTANTE - BLOCO C/ 100 FLS.                                  | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 156 | FICHA DE CADASTRO DE HIPERTENSO E DIABETES - BLOCO C/ 100 FLS.                     | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 157 | FICHA DE CADASTRO DO SISVAN (FRENTE E VERSO)- BLOCO C/ 100 FLS.                    | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 158 | FICHA DE INTERRUÇÃO DE GESTAÇÃO - BLOCO C/ 100 FLS.                                | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 159 | FICHA DE REGISTRO DIÁRIO DE GESTANTE NO SISPRENATAL - BLOCO C/ 100 FLS.            | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 160 | FICHA DE REQUERIMENTO DA VIG. EPIDEMIOLÓGICA - BLOCO C/ 100 FLS.                   | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 161 | FICHA DE SERVIÇO DE PRONTO ATENDIMENTO SPA (01 VIA) - BLOCO C/ 100 FLS.            | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 162 | FICHA DE TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE PLANTÃO - BLOCO C/ 100 FLS.              | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 163 | FICHA DE TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE PLANTÃO (ENFERMARIA) - BLOCO C/ 100 FLS. | BLOCO   | 250   | 36,77    | 9.192,50  |
| 164 | FICHA INDIVIDUAL DE FREQUÊNCIA - BLOCO C/ 100 FLS.                                 | BLOCO   | 350   | 36,77    | 12.869,50 |
| 165 | FOLDERS (FRENTE /VERSO) F8                                                         | UNIDADE | 4.000 | 1,23     | 4.920,00  |
| 166 | MAPA DE ACOMPANHAMENTO NUTRICIONAL (FRENTE/VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.              | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 167 | MAPA DE ACOMPANHAMENTO SISVAN - BLOCO C/ 100 FLS.                                  | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 168 | PADRONIZAÇÃO VEÍCULOS                                                              | M²      | 15    | 1.783,33 | 26.749,95 |
| 169 | PLACA LONA COM ESTRUTURA PARA SEC. DE SAÚDE                                        | M²      | 70    | 156,67   | 10.966,90 |
| 170 | PLACA ACRILICO COM ESTRUTURA PARA SEC. DE SAÚDE                                    | M²      | 70    | 500,00   | 35.000,00 |
| 171 | PLANILHA DE MONITORAMENTO DAS DOENÇAS DIARREICA AGUDA - BLOCO C/ 100 FLS           | BLOCO   | 100   | 36,77    | 3.677,00  |
| 172 | PLANILHA DE MONITORAMENTO DAS DOENÇAS DIARREICA AGUDA - BLOCO C/ 100 FLS           | BLOCO   | 100   | 36,77    | 3.677,00  |
| 173 | RECEITUÁRIO PSF - BLOCO C/ 100 FLS.                                                | BLOCO   | 1.000 | 29,83    | 29.830,00 |
| 174 | REGISTRO DE EXAMES DE PREVENTIVOS COLETADOS - BLOCO C/ 100 FLS.                    | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 175 | RELATÓRIO DE SSA2 (FRENTE E VERSO) - BLOCO C/ 100 FLS.                             | BLOCO   | 200   | 36,77    | 7.354,00  |
| 176 | RELATÓRIO PMA2 - BLOCO C/ 100 FLS.                                                 | BLOCO   | 100   | 36,77    | 3.677,00  |
| 177 | RELATÓRIO PMA2 – COMPLEMENTO - BLOCO C/ 100 FLS.                                   | BLOCO   | 100   | 36,77    | 3.677,00  |





|     |                                                                                              |         |      |        |           |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------|---------|------|--------|-----------|
| 178 | PLACA DE VIDRO COM ALONGADOR 0,70X0,50CM                                                     | UNIDADE | 30   | 386,67 | 11.600,10 |
| 179 | RESULTADO DE EXAMES DE LABORATÓRIOS F18 – BLOCO C/ 100 FLS.                                  | BLOCO   | 100  | 36,77  | 3.677,00  |
| 180 | ADESIVOS IMPRESSOS (M²)                                                                      | M²      | 150  | 88,00  | 13.200,00 |
| 181 | BANNER 120 CM X 90 CM                                                                        | UNIDADE | 90   | 91,67  | 8.250,30  |
| 182 | CONVITES CERIMONIAL                                                                          | UNIDADE | 1000 | 2,60   | 2.600,00  |
| 183 | PLACA DE ACM 3MM COM ESTRUTURA METALICA LETRA DE PVC EXPANDIDO                               | M²      | 20   | 860,00 | 17.200,00 |
| 184 | REQUISIÇÃO DE EXAME F18 – BLOCO C/ 100 FLS.                                                  | BLOCO   | 1000 | 30,73  | 30.730,00 |
| 185 | ADMISSÃO DE ENFERMAGEM (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                          | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 186 | ADMISSÃO DE ENFERMAGEM OBSTÉTRICA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21,29,7 COM 100 FLS               | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 187 | ADMISSÃO PEDIÁTRICA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                             | BLOCO   | 100  | 36,77  | 3.677,00  |
| 188 | ANOTAÇÃO DE ENFERMAGEM (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                          | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 189 | ATESTADO MÉDICO (BLOCO) 14X20 COM 100 FLS                                                    | BLOCO   | 100  | 36,77  | 3.677,00  |
| 190 | BUNDLE CATETER VESICAL DE DEMORA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                | BLOCO   | 120  | 36,77  | 4.412,40  |
| 191 | BUNDLE CATETER VENOSO CENTRAL (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                   | BLOCO   | 80   | 36,77  | 2.941,60  |
| 192 | CONTROLE DE HEMOTRANSFUSÃO (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                      | BLOCO   | 100  | 36,77  | 3.677,00  |
| 193 | DIVISÃO DE PACIENTES (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                            | BLOCO   | 100  | 36,77  | 3.677,00  |
| 194 | EVOLUÇÃO DE CURATIVO (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                            | BLOCO   | 80   | 36,50  | 2.920,00  |
| 195 | EVOLUÇÃO EQUIPE MULTI (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                           | BLOCO   | 120  | 36,50  | 4.380,00  |
| 196 | FICHA DE ANESTESIA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                              | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 197 | FICHA DO RN (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                                     | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 198 | IDENTIFICAÇÃO DE PACIENTE (BLOCO) 21X29,7 COM 100 FLS                                        | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 199 | LAUDO DE TESTE RÁPIDO (BLOCO) 14X20 COM 100 FLS                                              | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 200 | MAPA DIÁRIO DE ENFERMAGEM (BLOCO) 21X29,7 COM 100 FLS                                        | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 201 | PARTOGRAMA (BLOCO) 21X29,7 COM 100 FLS                                                       | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 202 | PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                        | BLOCO   | 200  | 36,77  | 7.354,00  |
| 203 | PRESCRIÇÃO MÉDICA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS                               | BLOCO   | 200  | 36,77  | 7.354,00  |
| 204 | PRESCRIÇÃO DO RN (BLOCO) 21X29,7 COM 100 FLS                                                 | BLOCO   | 200  | 36,77  | 7.354,00  |
| 205 | RELATÓRIO DE ENFERMAGEM - CLÍNICA CIRÚRGICA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS     | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 206 | RELATÓRIO DE ENFERMAGEM - CLÍNICA MÉDICA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS        | BLOCO   | 150  | 36,83  | 5.524,50  |
| 207 | RELATÓRIO DE ENFERMAGEM - PEDIATRIA (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS             | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 208 | RECEITUÁRIO (BLOCO) 14X20 COM 100 FLS                                                        | BLOCO   | 200  | 36,77  | 7.354,00  |
| 209 | RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL 14X20 COM 100 FLS                                           | BLOCO   | 200  | 36,77  | 7.354,00  |
| 210 | REQUISIÇÃO DE EXAMES (BLOCO) 14X20 COM 100 FLS                                               | BLOCO   | 150  | 32,83  | 4.924,50  |
| 211 | REQUISIÇÃO DE EXAMES RN (BLOCO) 21X29,7 COM 100 FLS                                          | BLOCO   | 150  | 36,77  | 5.515,50  |
| 212 | TRANSPORTE DE PACIENTE INTRA E INTER HOSPITALAR (BLOCO - FRENTE E VERSO) 21X29,7 COM 100 FLS | BLOCO   | 120  | 32,83  | 3.939,60  |
| 213 | RECEITUÁRIO MÉDICO 14X20 COM 100 FLS                                                         | BLOCO   | 200  | 29,50  | 5.900,00  |
| 214 | RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 14X20 COM 100 FLS                                              | BLOCO   | 120  | 30,50  | 3.660,00  |
| 215 | REQUISIÇÃO DE EXAMES DE LABARATÓRIO 21X29,7 COM 100 FLS                                      | BLOCO   | 200  | 33,43  | 6.686,00  |
| 216 | TFD - LAUDO MÉDICO DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (LM) 21X29,7 COM 100 FLS                  | BLOCO   | 200  | 36,77  | 7.354,00  |





|     |                                                                                                                            |       |     |       |          |
|-----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|-----|-------|----------|
| 217 | ATESTADO MÉDICO 14X20 COM 100 FLS                                                                                          | BLOCO | 200 | 36,77 | 7.354,00 |
| 218 | MAPA DE DIAGNÓSTICO 21X29,7 COM 100 FLS                                                                                    | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 219 | MAPA PARA CONTROLE DIÁRIO DE TEMPERATURA 21X29,7 COM 100 FLS                                                               | BLOCO | 100 | 35,74 | 3.574,00 |
| 220 | SINAN (ATENDIMENTO ANTI- RÁBICO HUMANO 21X29,7 COM 100 FLS                                                                 | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 221 | CADERNETA DE VACINA DO ADULTO E ADOLESCENTE 17X11,5 COM 100 FLS                                                            | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 222 | APAC - AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS DE ALTA COMPLEXIDADE COM 100 FLS                                         | BLOCO | 200 | 36,77 | 7.354,00 |
| 223 | FICHA DE APRAZAMENTO - TUBERCULOSE 14,5X20,5 COM 100 FLS                                                                   | BLOCO | 150 | 33,43 | 5.014,50 |
| 224 | GUIA DE TRANSFERÊNCIA (PROGRAMA DE CONTROLE DA HANSENÍASE) 21X29,7 COM 100 FLS                                             | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 225 | FICHA DE NOTIFICAÇÃO/INVESTIGAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO HANSENÍASE 21X29,7 100 FLS                                     | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 226 | FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA E CONTRA - REFERÊNCIA EM HANSENÍASE 21X29,7 COM 100 FLS                                           | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 227 | FICHA DE CONTROLE DE CONTATOS DE HANSENÍASE 21X29,7 COM 100 FLS                                                            | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 228 | FICHA DE LOCALIZAÇÃO DE CARACTERIZAÇÃO DAS LESÕES/ CONTROLE DE CORTICOIDES 21X29,7 COM 100 FLS                             | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 229 | FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE GRAU DE INCAPACIDADE FÍSICA 21X29,7 COM 100 FLS                                                 | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 230 | FORMULÁRIO PARA AVALIAÇÃO NEUROLÓGICA SIMPLIFICADA 21X29,7 COM 100                                                         | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 231 | FICHA DE ENCAMINHAMENTO 21X29,7 100 FLS                                                                                    | BLOCO | 200 | 36,77 | 7.354,00 |
| 232 | FICHA DE CONTROLE DE PACIENTES DE TUBERCULOSE 21X29,7 COM 100 FLS                                                          | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 233 | BOLETIM PARA LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO DO PROGRAMA DE CONTROLE DA TUBERCULOSE PARA FINS DE AVALIAÇÃO. 21X29,7 COM 100 FLS | BLOCO | 150 | 36,77 | 5.515,50 |
| 234 | MARCAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES 10X5 COM 100 FLS                                                                            | BLOCO | 200 | 36,77 | 7.354,00 |

**TOTAL DO LOTE**

**RS 1.745.591,35**

**LOTE IV - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

| ITEM | DESCRIÇÃO                                                                                                                      | UND     | QUANT | P. UNT. RS | P. TOTAL RS |
|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|-------|------------|-------------|
| 235  | ENCAMINHAMENTO - ASS. SOCIAL IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO COM 100 FLS                                        | BLOCO   | 150   | 36,77      | 5.515,50    |
| 236  | FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA (2VIAS )F/V IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO COM 100 FLS                       | BLOCO   | 150   | 36,77      | 5.515,50    |
| 237  | DADOS SOBRE O USUÁRIO ADULTO - ANAMNESE ( 2 VIAS ) F/V IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO COM 100 FLS              | BLOCO   | 150   | 36,77      | 5.515,50    |
| 238  | CARIMBO AUTOMÁTICO 302                                                                                                         | UNIDADE | 20    | 57,00      | 1.140,00    |
| 239  | CARIMBO AUTOMÁTICO 303                                                                                                         | UNIDADE | 20    | 68,33      | 1.366,60    |
| 240  | CARIMBO AUTOMÁTICO 304                                                                                                         | UNIDADE | 40    | 86,00      | 3.440,00    |
| 241  | CARIMBO AUTOMÁTICO 355                                                                                                         | UNIDADE | 40    | 101,00     | 4.040,00    |
| 242  | CARIMBO AUTOMÁTICO C-40                                                                                                        | UNIDADE | 20    | 161,67     | 3.233,40    |
| 243  | CARIMBO AUTOMÁTICO MODELO PEN DRIVE                                                                                            | UNIDADE | 20    | 135,00     | 2.700,00    |
| 244  | CARIMBO SIMPLES 3CM/1CM                                                                                                        | UNIDADE | 20    | 33,67      | 673,40      |
| 245  | CARIMBO SIMPLES 4 CM/1,5CM                                                                                                     | UNIDADE | 20    | 52,67      | 1.053,40    |
| 246  | CARIMBO SIMPLES 6CM/1,5CM                                                                                                      | UNIDADE | 20    | 66,00      | 1.320,00    |
| 247  | CARIMBO SIMPLES 7,5CM/2,5CM                                                                                                    | UNIDADE | 20    | 78,33      | 1.566,60    |
| 248  | CARIMBO SIMPLES 5CM/3CM                                                                                                        | UNIDADE | 20    | 89,33      | 1.786,60    |
| 249  | CARIMBO SIMPLES 6,5CM/4CM                                                                                                      | UNIDADE | 20    | 94,00      | 1.880,00    |
| 250  | DADOS SOBRE O USUÁRIO CRIANÇA E ADOLESCENTE - ANAMNESE (2 VIAS) F/V IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO COM 100 FLS | BLOCO   | 150   | 36,77      | 5.515,50    |





|                      |                                                                                                                                                          |         |        |        |                       |
|----------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------|--------|-----------------------|
| 251                  | DECLARAÇÃO PROVISÓRIA PARA DO IDOSO IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO COM 100 FLS                                                           | BLOCO   | 150    | 36,77  | 5.515,50              |
| 252                  | CAPA DE PROCESSO AP 180-G POLICROMIA IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC.                                                                             | UNIDADE | 3000   | 2,40   | 7.200,00              |
| 253                  | RECIBO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS TAM. 14,5 X 22 CM IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO C/ 100 FLS.                                 | BLOCO   | 150    | 36,77  | 5.515,50              |
| 254                  | FICHA DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICO BOLSA FAMÍLIA F-V IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO C/ 100 FLS.                                           | BLOCO   | 150    | 36,77  | 5.515,50              |
| 255                  | CADASTRO INSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO,IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO C/ 100 FLS.                                                           | BLOCO   | 100    | 36,77  | 3.677,00              |
| 256                  | REQUERIMENTO DE BENEFICIO ASSISTENCIAL 3 VIAS IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO C/ 100 FLS.                                                 | BLOCO   | 150    | 36,77  | 5.515,50              |
| 257                  | CONVITE INSTITUCIONAL EM POLICROMIA C/ ENVELOPE ASS. SOCIAL IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC                                                       | UNIDADE | 1.200  | 2,83   | 3.396,00              |
| 258                  | CONVITE 4 CORES S/ ENVELOPE ASS. SOCIAL IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC - BLOCO C/ 100 FLS.                                                       | BLOCO   | 150    | 25,10  | 3.765,00              |
| 259                  | CRACHÁS EM POLICROMIA MED 14X10CM IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC.                                                                                | UNIDADE | 400    | 3,37   | 1.348,00              |
| 260                  | CERTIFICADO TAM. 14X 10 CM IMPRESSÃO 4X0 CORES PAPEL COUCHÊ 230G (4 MODELOS) C/ DIAGRAMAÇÃO E LEYALT ASS. SOCIAL IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC. | UNIDADE | 1.500  | 3,07   | 4.605,00              |
| 261                  | FOLDERS TAM. 31X22CM 4X4 CRES COUCHÊ 170G IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC.                                                                        | UNIDADE | 4.000  | 1,43   | 5.720,00              |
| 262                  | CARTAZ TAM. 31X46CM 4X4 CORES COUCHÊ 120G IMPRESSO EM PAPEL COM CERTIFICAÇÃO FSC.                                                                        | UNIDADE | 4.000  | 2,33   | 9.320,00              |
| 263                  | PLACA ACRÍLICO COM ESTRUTURA PARA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                                                                                             | M²      | 80     | 383,33 | 30.666,40             |
| 264                  | PLACA LONA COM ESTRUTURA PARA SEC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                                                                                                 | M²      | 100    | 153,33 | 15.333,00             |
| 265                  | PANFLETOS COLORIDOS F8                                                                                                                                   | UNIDADE | 12.000 | 1,38   | 16.560,00             |
| <b>TOTAL DO LOTE</b> |                                                                                                                                                          |         |        |        | <b>R\$ 169.914,40</b> |

**VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO: R\$ 3.023.812,77 (Três milhões e vinte e tres mil, oitocentos e doze reais e setenta e sete centavos)**

**1.3.** Os materiais deverão ser produzidos rigorosamente de acordo com as especificações técnicas constantes do Anexo I, observando dimensões, gramatura, tipo de papel, acabamento, impressão, cores, arte-final, quando aplicável, bem como demais características exigidas pela Administração.

**1.4.** A contratação será realizada mediante Sistema de Registro de Preços, em razão da imprevisibilidade das demandas, da necessidade de contratações parceladas durante a vigência da Ata de Registro de Preços e da conveniência administrativa de não realizar aquisição integral em único momento.

**1.5.** As futuras contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços ocorrerão conforme a necessidade da Administração, não gerando qualquer direito subjetivo à contratação integral dos quantitativos registrados.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** A presente contratação decorre da necessidade permanente da Administração Municipal em garantir a produção de materiais gráficos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas, educacionais, assistenciais, financeiras, tributárias, culturais, esportivas e de saúde pública.

**2.2.** Os serviços gráficos constituem atividade acessória indispensável ao funcionamento dos órgãos municipais, sendo utilizados diariamente para emissão de formulários, fichas cadastrais, receiptuários



médicos, prontuários, blocos administrativos, materiais educativos, campanhas institucionais, eventos oficiais, processos internos e demais documentos necessários à prestação dos serviços públicos.

**2.3.** A contratação permitirá maior eficiência administrativa, garantindo padronização visual, economicidade, planejamento das aquisições e redução de custos operacionais, evitando diversas contratações isoladas durante o exercício financeiro.

**2.4.** A utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se tecnicamente adequada considerando que:

I – a demanda é variável durante a vigência da contratação;

II – os quantitativos dependem da necessidade de cada Secretaria;

III – não há possibilidade de prever com absoluta precisão o consumo anual de todos os itens;

IV – as entregas ocorrerão de forma parcelada;

V – permite melhor gerenciamento dos recursos públicos.

**2.5.** A contratação encontra respaldo no Documento de Formalização da Demanda, Estudo Técnico Preliminar e demais documentos integrantes da fase preparatória da contratação.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1.** O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com:

I – Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – Decreto Federal nº 11.462/2023 (Sistema de Registro de Preços);

III – Lei Complementar nº 123/2006;

IV – Lei Complementar nº 147/2014;

V – Lei Federal nº 12.527/2011;

VI – demais legislações correlatas aplicáveis.

**3.2.** Aplicam-se subsidiariamente as normas de direito administrativo e os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, competitividade, economicidade, segregação de funções, motivação, segurança jurídica, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

### **4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**4.1.** A presente contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, conforme previsto nos artigos 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Federal nº 11.462/2023.

**4.2.** A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se em razão de:

I – impossibilidade de definição exata do consumo anual;



- II – necessidade de aquisições parceladas;
- III – atendimento simultâneo de diversos órgãos municipais;
- IV – racionalização dos procedimentos licitatórios;
- V – maior economicidade para a Administração.

**4.3.** O registro de preços não obriga a Administração Pública a contratar os quantitativos registrados, constituindo mera expectativa de direito ao fornecedor registrado.

**4.4.** As contratações serão formalizadas mediante emissão de Nota de Empenho, Ordem de Fornecimento ou Contrato Administrativo, conforme a necessidade da Administração.

## **5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**5.1.** A solução consiste na contratação de empresa especializada na confecção, impressão, acabamento e fornecimento de materiais gráficos diversos, compreendendo produção sob demanda, conforme especificações técnicas constantes do Anexo I.

**5.2.** Os serviços compreenderão, dentre outros:

- I – impressão offset;
- II – impressão digital;
- III – impressão colorida;
- IV – impressão monocromática;
- V – plastificação;
- VI – encadernação;
- VII – corte;
- VIII – dobra;
- IX – acabamento gráfico;
- X – confecção de banners;
- XI – confecção de faixas;
- XII – produção de adesivos;
- XIII – impressão de formulários;
- XIV – confecção de blocos;
- XV – impressão de cartazes;







XVI – produção de folders;

XVII – confecção de envelopes;

XVIII – demais materiais constantes no item 1.2 deste termo

5.3. A empresa deverá possuir estrutura técnica, equipamentos, mão de obra qualificada e capacidade operacional suficientes para atender às demandas da Administração durante toda a vigência da Ata.

35

## 6. DOS QUANTITATIVOS

6.1. Os quantitativos estimados encontram-se descritos no **ANEXO I – Planilha de Especificações, Quantitativos e Valores Estimados**, integrante deste Termo de Referência.

6.2. Os quantitativos são estimativos, podendo sofrer acréscimos ou reduções conforme as necessidades da Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos estimados.

## 7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. A contratada deverá possuir capacidade técnica, operacional e administrativa compatível com a execução do objeto.

7.2. Os materiais utilizados deverão ser novos, de primeiro uso, sem defeitos de fabricação, observando rigorosamente as especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

7.3. As impressões deverão apresentar excelente definição, nitidez, alinhamento, acabamento e fidelidade às artes aprovadas pela Administração.

7.4. Não serão aceitos materiais:

I – rasgados;

II – manchados;

III – com falhas de impressão;

IV – com divergência de cores;

V – com corte irregular;

VI – com gramatura inferior à especificada;

VII – com defeitos de acabamento;

VIII – fora das dimensões exigidas.

7.5. Os materiais rejeitados deverão ser substituídos integralmente às expensas da contratada, sem qualquer ônus para a Administração.





## 8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

**8.1.** O fornecimento dos materiais gráficos será realizado de forma **parcelada**, conforme a necessidade da Administração, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

**8.2.** A execução compreenderá todas as etapas necessárias à perfeita entrega do objeto, incluindo, quando aplicável:

I – recebimento da solicitação;

II – conferência das especificações;

III – elaboração ou adequação da arte-final, quando solicitada;

IV – aprovação da prova digital ou física pela Administração, quando necessária;

V – impressão;

VI – acabamento gráfico;

VII – embalagem;

VIII – transporte;

IX – entrega no local indicado;

X – substituição de materiais rejeitados.

**8.3.** As ordens de fornecimento serão emitidas pelas Secretarias participantes da Ata de Registro de Preços, contendo no mínimo:

I – número da ordem;

II – identificação do órgão solicitante;

III – descrição do item;

IV – quantidade;

V – local de entrega;

VI – prazo para entrega.

**8.4.** A contratada deverá iniciar a execução imediatamente após o recebimento da Ordem de Fornecimento.

**8.5.** Sempre que houver necessidade de aprovação da arte, o prazo de produção será contado a partir da aprovação definitiva pela Administração.

**8.6.** A Administração poderá solicitar alterações na arte antes da impressão definitiva, sem qualquer custo adicional, desde que não tenha sido iniciada a produção.



8.7. Após iniciada a impressão, eventuais alterações solicitadas pela Administração poderão ser objeto de nova contratação ou ajuste, quando caracterizada modificação do objeto originalmente solicitado.

## 9. DOS PRAZOS DE ENTREGA

9.1. O prazo máximo para entrega será aquele estabelecido no Edital ou na Ordem de Fornecimento, contado do recebimento da autorização de fornecimento.

9.2. Nos casos em que houver necessidade de aprovação da arte gráfica, o prazo será contado da aprovação definitiva pela Administração.

9.3. A contratada poderá solicitar prorrogação do prazo somente antes de seu vencimento, mediante justificativa formal devidamente fundamentada.

9.4. A prorrogação dependerá de manifestação expressa da Administração.

9.5. O simples pedido de prorrogação não suspende automaticamente o prazo originalmente estabelecido.

## 10. DO LOCAL DE ENTREGA

10.1. Os materiais deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, dentro do Município de Chapadinho/MA, conforme estabelecido em cada Ordem de Fornecimento.

10.2. As despesas com transporte, carga, descarga, seguros, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e quaisquer outras necessárias ao fornecimento correrão integralmente por conta da contratada.

10.3. As entregas deverão ocorrer em dias úteis, durante o horário de expediente do órgão solicitante, salvo autorização expressa da Administração.

## 11. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O recebimento do objeto observará o disposto nos artigos 140 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência quantitativa dos materiais entregues.

11.3. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação:

I – da qualidade;

II – da conformidade com as especificações;

III – da gramatura;

IV – das dimensões;

V – da impressão;

VI – do acabamento;





VII – da integridade dos materiais.

**11.4.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pelos vícios ocultos ou defeitos posteriormente constatados.

**11.5.** Constatada qualquer irregularidade, a Administração notificará a contratada para proceder à substituição do material.

**11.6.** A substituição deverá ocorrer no prazo fixado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

**11.7.** A recusa injustificada na substituição sujeitará a contratada às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Constituem obrigações da contratada, sem prejuízo de outras previstas na legislação:

I – executar integralmente o objeto contratado;

II – observar rigorosamente todas as especificações constantes do Termo de Referência;

III – utilizar matérias-primas de qualidade;

IV – fornecer materiais novos e sem defeitos;

V – responder pelos vícios de fabricação;

VI – substituir imediatamente materiais rejeitados;

VII – cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos;

VIII – manter durante toda a execução as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

IX – comunicar imediatamente qualquer fato que impeça a execução do objeto;

X – reparar todos os danos causados à Administração ou a terceiros;

XI – responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;

XII – responder integralmente pela qualidade dos materiais fornecidos;

XIII – manter absoluto sigilo sobre documentos, informações e artes fornecidas pela Administração;

XIV – não utilizar as artes produzidas para terceiros sem autorização expressa;

XV – responsabilizar-se integralmente pelo transporte dos materiais;

XVI – fornecer garantia quanto à qualidade dos serviços executados;

XVII – substituir materiais defeituosos independentemente de notificação judicial;



XVIII – atender prontamente às determinações da fiscalização.

### **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

#### **13.1. Compete à Administração:**

- I – emitir as Ordens de Fornecimento;
- II – disponibilizar as informações necessárias para execução;
- III – fornecer as artes, quando elaboradas pela própria Administração;
- IV – aprovar ou solicitar ajustes nas provas gráficas;
- V – acompanhar a execução;
- VI – fiscalizar o contrato;
- VII – rejeitar materiais em desacordo com as especificações;
- VIII – efetuar os pagamentos nas condições estabelecidas;
- IX – aplicar sanções quando cabíveis;
- X – comunicar formalmente qualquer irregularidade.

### **14. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela autoridade competente, nos termos dos artigos 117 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **14.2. Compete ao Fiscal do Contrato:**

- I – acompanhar a execução;
- II – verificar a conformidade dos materiais;
- III – registrar ocorrências;
- IV – comunicar irregularidades ao Gestor do Contrato;
- V – atestar o recebimento dos materiais;
- VI – emitir relatórios de fiscalização.

#### **14.3. Compete ao Gestor do Contrato:**

- I – acompanhar a execução administrativa;
- II – adotar providências necessárias ao fiel cumprimento contratual;





III – solicitar aplicação de penalidades quando cabíveis;

IV – promover as alterações contratuais autorizadas.

**14.4.** A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade exclusiva da contratada pela perfeita execução do objeto.

## **15. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS**

**15.1.** A medição ocorrerá por unidade efetivamente entregue, observadas as quantidades constantes da Ordem de Fornecimento.

**15.2.** Somente serão considerados para pagamento os materiais efetivamente recebidos em conformidade com as especificações.

**15.3.** Materiais rejeitados não serão objeto de medição.

## **16. DO PAGAMENTO**

**16.1.** O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

**16.2.** A contratada deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista exigida na legislação.

**16.3.** O pagamento será realizado no prazo previsto no Edital, contado do recebimento definitivo do objeto e da apresentação da documentação exigida.

**16.4.** Nenhum pagamento será efetuado enquanto houver pendências relativas ao cumprimento das obrigações contratuais.

**16.5.** Ocorrendo erro na Nota Fiscal, o prazo para pagamento será suspenso até sua regularização.



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026-SRP

## ANEXO III

## MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

41

PROCESSO ADM. Nº 3750/2026

O(A)..... (órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a)....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a)..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de 202..., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202... , processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualifica- da(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. OBJETO:**

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ....., especificado(s) no(s) item(ns)..... do..... Projeto Técnico, anexo do edital de Licitação nº 019/2026-SRP, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Nome empresarial:                      |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
|----------------------------------------|---------------|-------|------------------------------------|--------|---------------------------------|---------------------------------|--------|
| CNPJ nº:                               |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
| Endereço:                              |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
| (DDD) Telefone: _____ (DDD) Fax: _____ |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
| E-mail:                                |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
| Representante legal:                   |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
| CPF nº:                                |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
| Item                                   | Especificação | Unid. | Marca/<br>Modelo(se<br>for o caso) | Quant. | P. Unitário<br>registrado (R\$) | Re-P. Total<br>registrado (R\$) | Regis- |
|                                        |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |
|                                        |               |       |                                    |        |                                 |                                 |        |

**3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de .....

3.2. Órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços: .....





#### 4. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, na condição de não participantes a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, conforme vedação estabelecida no § 3º do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

#### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 0 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e



5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.1.3.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no ambiente de acesso público.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;



6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante com- provação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o com- promisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que in- viabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 0, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 0, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 0 e no item 0, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.2. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem



os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## 10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## 11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos neste edital.

## 12. DO FORO

12.1 Fica eleito o Foro do Município de Chapadinho, Estado do Maranhão, para dirimir as questões que possam advir do presente compromisso.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... ( ... ) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).





CHAPADINHA/MA, \_\_de \_\_\_\_\_de 2026

**MUNICÍPIO DE CHAPADINHA/MA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADINHA XXXXXXXXXXXXXXXX**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE XXXXXXXX**  
**PORT.: XXXXX**

47

**DETENTORA DO REGISTRO:**

.....

**CNPJ nº:**

Nome Cargo : R.G. :





## PREGÃO ELETRÔNICO Nº019/2026-SRP

## ANEXO IV

## MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_\_/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº  
019/2026-SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3750/2026

Termo de Contrato celebrado entre o **MUNICÍPIO DE CHAPADINHA**, por meio do [órgão da Administração Direta], ou a (o)

\_\_\_\_\_[entidade da Administração Indireta], como CONTRA-TANTE, e a \_\_\_\_\_, como CONTRATADA, para prestação de serviços (ou fornecimento contínuo) na forma abaixo. Por este instrumento particular, o **MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, ESTADO DO MARANHÃO**, por meio do \_\_\_\_\_[órgão da Administração Direta], ou \_\_\_\_\_a(o) \_\_\_\_\_[entidade da Administração Indireta] com sede na \_\_\_\_\_, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [autoridade administrativa competente para firmar o contrato], inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, e a sociedade \_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_

[endereço da sociedade CONTRATADA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, a seguir denominada

**CONTRATADA**, neste ato representada por \_\_\_\_\_[representante da sociedade CONTRATADA], inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, têm justo e acordado o presente Contrato Nº \_\_\_\_\_, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº019/2026-SRP, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 3750/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da **Lei Federal nº 14.133/2021**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela **Lei Complementar Federal nº 101/2000** – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela **Lei Federal nº 8.078/1990** e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2026-SRP;
- b) Projeto Técnico (ou PROJETO BÁSICO);
- c) Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de \_\_\_\_\_, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.





**Parágrafo Único** – Os fornecimento será executado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a execução do objeto deste contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

O valor total do presente contrato é de R\$

(por extenso), conforme planilha discriminativa abaixo.

| ITEM         | DESCRIÇÃO | UND. | QTD. | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--------------|-----------|------|------|----------------|-------------|
| 01.          |           |      |      |                |             |
| VALOR TOTAL: |           |      |      |                |             |

**Parágrafo Primeiro** – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo Segundo** – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

### **CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, conforme entrega do objeto deste contrato, após a regular liquidação da despesa, nos termos do **art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964**, observado o disposto nos **arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021**, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no(a) *[setor competente do órgão ou entidade licitante]*.

**Parágrafo Primeiro** – Para fins de faturamento, o período base de fornecimento será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no(a) *[setor competente do órgão ou entidade contratante]*.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, conforme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**Parágrafo Quarto** – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

**Parágrafo Quinto** – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.



**Parágrafo Sexto** – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE**

Somente ocorrerá reajustamento do Contrato decorrido o prazo de \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses contados da data do orçamento estimado, observada a Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.

**Parágrafo Primeiro** – Os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

**Onde:**

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta; Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

**Parágrafo Segundo** – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

#### **CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES**

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro** – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**Parágrafo Segundo** – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Terceiro** – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a



CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

**Parágrafo Primeiro** – A Fiscalização da execução da entrega do objeto caberá à comissão designada por ato do [titular do órgão ou entidade contratante]. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

**Parágrafo Terceiro** – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

**Parágrafo Quarto** – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne ao execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na entrega do objeto contratado não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

### **CLÁUSULA NONA - GARANTIA**

A CONTRATADA prestou garantia na modalidade de \_\_\_\_\_, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ equivalente a 1% (um por cento) do valor total do Contrato.

**Parágrafo Primeiro** – O (a) [órgão ou entidade] se utilizará da garantia para assegurar as obrigações associadas ao Contrato, podendo recorrer a esta inclusive para cobrir valores de multas eventualmente aplicadas e ressarcir-se dos prejuízos que lhe forem causados em virtude do descumprimento das referidas obrigações. Para reparar esses prejuízos, poderá a CONTRATANTE ainda reter créditos.

**Parágrafo Segundo** – Os valores das multas impostas por descumprimento das obrigações assumidas no Contrato serão **descontados da garantia** caso não venham a ser quitados no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados da ciência da aplicação da penalidade. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de extinção decorrente de falta imputável à CONTRATADA, a **garantia** reverterá integralmente ao CONTRATANTE, que promoverá a cobrança de eventual diferença que venha a ser apurada entre o importe da garantia prestada e o débito verificado.

Hipóteses:



**I. Caso seja utilizada garantia modalidade de Caução em Dinheiro (art. 96, § 1º, I, 1ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021).**

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese de descontos da garantia a qualquer título, seu valor original deverá ser integralmente recomposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, exceto no caso da cobrança de valores de multas aplicadas, em que esse será de 48 (quarenta e oito) horas, sempre contados da utilização ou da notificação pelo

5;

\_\_\_\_\_ [órgão ou entidade], o que ocorrer por último, sob pena de rescisão administrativa do Contrato.

**Parágrafo Quinto** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

**Parágrafo Sexto** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante, e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

**II. Caso seja utilizada garantia na modalidade de Seguro-Garantia (art. 96, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021).**

**Parágrafo Quarto** - A apólice deverá ter vigência idêntica ao prazo do contrato, acrescido de **30 (trinta)** dias para apuração de eventual inadimplemento da Contratada — ocorrido durante a vigência contratual — e para a comunicação do inadimplemento à seguradora, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da CONTRATADA, vinculada à reavaliação do risco.

**Parágrafo Quinto** - A apólice deverá conter disposição expressa de obrigatoriedade de a seguradora informar ao CONTRATANTE e à CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias antes do prazo final da validade, se a apólice será ou não renovada.

**Parágrafo Sexto** - No caso de a seguradora não renovar a apólice de seguro-garantia, a Contratada deverá apresentar garantia de valor e condições equivalentes, para aprovação do Contratante, antes do vencimento da apólice, independentemente de notificação, sob pena de caracterizar-se inadimplência e serem aplicadas as penalidades cabíveis.

**Parágrafo Sétimo** - As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, da qual conste que conhece integralmente este contrato.

**Parágrafo Oitavo** - A CONTRATADA encaminhará ao Contratante cópia autenticada das apólices de seguro, antes da assinatura do contrato.

**Parágrafo Nono** - A apólice deverá ser emitida por seguradora autorizada a funcionar no Brasil pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, - fato que deverá ser atestado mediante apresentação, junto com a apólice, da Certidão de Regularidade expedida pela SUSEP.

**Parágrafo Décimo** – Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.



**Parágrafo Terceiro** – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**Parágrafo Quarto** – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no edital.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no edital.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:**

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pelo [autoridade competente] que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

**Parágrafo Único** - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, reexecutar o pedido, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Os motivos de força maior ou caso fortuito que possam impedir a CONTRATADA de cumprir as etapas e o prazo do Contrato deverão ser alegados oportunamente, mediante requerimento protocolado. Não serão consideradas quaisquer alegações baseadas em ocorrências não comunicadas e nem aceitas pela Fiscalização nas épocas oportunas. Os motivos de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



**Parágrafo Primeiro** - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. *Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.*

i. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

**Parágrafo Segundo** - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Terceiro** - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Quarto** - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Quinto** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Sexto** - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Sétimo** - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Oitavo** - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



**Parágrafo Nono** - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**Parágrafo Décimo** - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décima Primeira** - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**Parágrafo Décima Segunda** - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**Parágrafo Décima Terceira** - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRA- TUAIS**

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Técnico, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO**

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**Parágrafo Primeiro** – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

**Parágrafo Segundo** – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

**Parágrafo Terceiro** – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**Parágrafo Quarto** – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



**Parágrafo Quinto** – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**Parágrafo Sexto** – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Ba- lanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

**Parágrafo Sétimo** – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

**Parágrafo Único** – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de CHAPADINHA, classificada conforme abaixo especificado:

**ÓRGÃO:**

**UNIDADE ORÇAMENTARIA:**

**PROJETO/ATIVIDADE:**

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após apro- vação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, me diante apostilamento.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de CHAPADINHA para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- b. Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.





E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

CHAPADINHA - MA, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

**Agente Público competente do órgão ou entidade contratante**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**CONTRATANTE**

**Representante Legal da Empresa contratada**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**CONTRATADO**



**III. Caso seja utilizada a garantia na modalidade Fiança-Bancária (art. 96, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133/2021).**

**Parágrafo Quarto** - A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil.

**Parágrafo Quinto** - A fiança bancária será apresentada com firma devidamente reconhecida em cartório, exceto no caso de documento emitido por via digital, cuja autenticidade pode ser aferida junto aos certificadores digitais devida e legalmente autoriza- dos.

**Parágrafo Sexto** - A fiança bancária deverá ter prazo de validade correspondente ao período de vigência deste contrato, acrescido de 30 (trinta) dias para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA ocorrido durante a vigência contratual e para a comunicação do inadimplemento à instituição financeira.

**Parágrafo Sétimo** - No instrumento de fiança bancária constará renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro, bem como sua expressa afirmação que, como devedor solidário, fará o pagamento ao Contratante, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações.

**Parágrafo Oitavo** - Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

**Parágrafo Nono** - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

**IV. Caso seja utilizada garantia modalidade Caução Títulos Públicos (art. 96, § 1º, I, 2ª parte, da Lei Federal nº 14.133/2021).**

**Parágrafo Quarto** - A contratada entregará, até a data da assinatura do contrato, os Títulos da Dívida Pública emitidos na forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia ou órgão que o suceder, no Órgão responsável pela contratação, para aferição de sua legalidade, registro e anexação ao processo de contratação.

**Parágrafo Quinto** - Sempre que houver alteração do valor do Contrato, de acordo com o art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia será complementada no prazo de 7 (sete) dias úteis do recebimento, pela CONTRATADA, do correspondente aviso, sob pena de aplicação das **sanções previstas neste Contrato**.

**Parágrafo Sexto** - A garantia contratual só será liberada ou restituída com o integral cumprimento do Contrato, mediante ato liberatório da autoridade contratante.

**CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará por dias/meses contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Primeiro** - A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**Parágrafo Segundo** - O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº019/2026-SRP**

**ANEXO V**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**Objeto:** Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de serviços gráficos, impressão e confecção de materiais gráficos diversos destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Chapadina/MA e Secretarias Municipais, conforme Termo de Referência apresentado.

**1. Fundamentação Legal**

Este Estudo Técnico Preliminar foi elaborado em conformidade com o art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando o Documento de Formalização da Demanda e o Termo de Referência.

**2. Descrição da Necessidade**

A Administração necessita de fornecimento contínuo de materiais e serviços gráficos para garantir a execução das atividades administrativas, educacionais, de saúde e assistência social, compreendendo impressos oficiais, formulários, receiptuários, banners, faixas, cartazes, envelopes, carimbos e demais materiais previstos no Termo de Referência.

**3. Requisitos da Contratação**

Fornecimento parcelado; atendimento às especificações técnicas; materiais novos; impressão com qualidade; observância dos prazos; capacidade técnica e operacional; garantia da qualidade.

**4. Levantamento de Mercado**

Foram analisadas empresas do ramo gráfico aptas ao atendimento da demanda. Verificou-se ampla competitividade, inexistindo solução mais vantajosa que a contratação de empresa especializada mediante Sistema de Registro de Preços.

**5. Solução Escolhida**

Realização de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento de menor preço, permitindo fornecimento sob demanda e maior economicidade.

**6. Estimativa das Quantidades**

As quantidades foram definidas pelas Secretarias Municipais com base no consumo histórico e planejamento anual, conforme planilha constante do Termo de Referência.

**7. Estimativa do Valor**

O valor estimado da contratação decorre de pesquisa de preços realizada pela Administração, conforme mapa de preços do processo administrativo.

**8. Parcelamento**

O objeto foi dividido em lotes por Secretaria visando organização administrativa, competitividade e eficiência, sem prejuízo da economia de escala.

**9. Resultados Pretendidos**

Garantir continuidade dos serviços públicos, padronização dos impressos, redução de custos, contratação sob demanda e maior eficiência administrativa.

**10. Providências da Administração**

Elaboração do DFD, ETP, pesquisa de preços, Termo de Referência, reserva dos recursos quando das contratações e designação de gestor e fiscal.



### 11. Contratações Correlatas

Não há contratação correlata indispensável além das futuras ordens de fornecimento decorrentes da Ata.

### 12. Impactos Ambientais

Preferência por processos produtivos sustentáveis, redução de desperdícios e destinação ambientalmente adequada dos resíduos gráficos.

### 13. Viabilidade

Conclui-se pela viabilidade técnica, operacional, econômica e jurídica da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório mediante Pregão Eletrônico para Registro de Preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.